



RELATÓRIO E CONTAS 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

I

IDENTIDADE, GOVERNO SOCIAL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Fundação Sophia criada em 1866 é uma instituição particular de solidariedade social que tem por finalidade principal a proteção à população idosa ou em situação de dependência e apoio à família, bem como a promoção e proteção da saúde e a prevenção da doença e, ainda o desenvolvimento de cuidados integrados de saúde e apoio social.

Secundariamente, promove iniciativas de índole formativa e educativa, bem como de animação sociocultural, para além de, instrumentalmente, desenvolver parcerias em vários sectores de atividade cujos resultados económicos contribuem exclusivamente para o financiamento daquelas sobreditas finalidades.

A atividade desenvolvida no âmbito da intervenção social manteve-se orgânica e funcionalmente ligada à Fundação, sendo que as atividades de cariz instrumental, tendo em vista a optimização da sua gestão e o reforço da capacitação e da qualificação operacional, continuaram a ser autonomamente geridas pelas sociedades unipessoais por quotas, Sophia Social, Sophia Saúde e Sophia Serviços.

A Fundação não registou alterações na composição dos órgãos sociais Conselho de Administração e Conselho Geral, tendo os mandatos do Conselho Geral sido renovados, e manteve no essencial a sua estrutura organizacional. O Presidente da Fundação, nos termos estatutários, continuou a desempenhar, por inerência do cargo, as funções de Administrador Executivo, sem prejuízo da delegação de competências e repartição de áreas de maior acompanhamento por cada um dos membros do Conselho de Administração.



II

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E SEU IMPACTO

O exercício de 2025 foi condicionado, ainda, pelo impacto e incerteza verificados na sequência do período de instabilidade internacional, com disrupções no abastecimento e preços de matérias-primas, bens intermédios e de consumo final, nomeadamente, de energia e bens alimentares, bem como da escassez de recursos humanos e da necessidade de realização de investimentos em curso, nomeadamente no âmbito dos Projetos PRR e no plano de investimentos. Uns e outros com impacto significativo na atividade, com reflexo no domínio económico e financeiro.

Assistimos nos últimos anos a uma subida da inflação com uma pequena variação em 2025¹, mas um significativo aumento nos produtos alimentares, com um índice nominal de 4,8% (variações médias de 3,1% no primeiro semestre e 6,4% no segundo) claramente superior aos 1,6% do ano anterior.

Em termos de gastos energéticos a eletricidade sofreu em 2025 subidas anuais residuais (abaixo da inflação), enquanto os combustíveis rodoviários mantiveram uma tendência inicial de ligeira descida, com o gás natural a apresentar um aumento de cerca de 7%.

Acresce o impacto resultante do aumento do valor do ordenado mínimo nacional, correspondente a um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior².

Em relação à alteração na política monetária, a evolução das taxas de juro diretoras do BCE apresentou uma tendência de redução.

Como resultado da redução da atividade em saúde e da realização de investimentos em curso e programados, bem como, de medidas e disciplina de contenção, a variação dos gastos em alimentação, eletricidade e combustíveis foi inferior aos valores da inflação: o valor global com produtos alimentares subiu

¹ Em 2025, o Índice de Preços no Consumidor (IPC), de acordo com o INE, registou uma variação média anual de 2,3%, menos 0,1 pontos percentuais.

² Valor que em janeiro de 2026 passou a ser de 920,00€ (+5,75% em relação a 2025).



1,52%; os gastos de eletricidade baixaram 11,67%; os gastos registados com combustíveis e gás natural, em particular este, baixaram 20,62%³. Já o gasto com consumo de água apresentou um aumento de 27,67%⁴.

Os gastos com pessoal aumentaram 9,5%⁵, enquanto os gastos com prestações de serviço, se reduziram em 21,81%.

A Fundação, sem perder de vista a proteção e a segurança de todos os que nela se acolhem ou trabalham, continuou a desenvolver esforços no sentido da recuperação da atividade, tanto no âmbito dos seus serviços e equipamentos sociais como no que respeita à atividade em saúde, área em que este esforço tem vindo a deparar-se com maiores dificuldades.

Esforços que incluem, como referido, um conjunto de investimentos, definidos no plano de investimentos e em curso, destacando-se os três projetos financiados pelo PRR, que correspondem a 1.036.000,00€ (financiamento) a concluir em 2026: a Unidade de Cuidados Paliativos, o aumento de capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário (cozinha e lavandaria) e a qualificação da Unidade de Cuidados Continuados Integrados⁶.

III

ANÁLISE DO DESEMPENHO E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A atividade institucional em 2025 registou, em termos de serviços prestados, uma redução global de 283.401,99€ relativamente ao ano anterior.

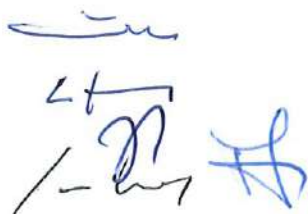
Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos apresentam um valor positivo de 57.587,44€ e um resultado líquido negativo de (104.112,31€).

³ O valor relativo ao gás natural não reproduz os consumos efetivos, uma vez que a faturação de setembro a dezembro foi apresentada no 2º trimestre de 2026, pelo que o consumo anual pode prefigurar **redução** um pequeno acréscimo.

⁴ Recorde-se que os valores das faturas da água incluem para além do consumo de água (correspondendo a 12.585,00m³), as taxas relativas ao saneamento e resíduos sólidos.

⁵ O número médio de pessoas ao serviço em 2025 foi de 123 (119 em 2024).

⁶ Os dois primeiros com reflexo em 2025 e 2026 e a Unidade de Cuidados Continuados, com o impacto em termos de gastos, decorre integralmente em 2026.



O investimento realizado e pago em 2025 foi de 198.570,88€, incluindo 131.460,92€ relativos aos projetos PRR, representando um acréscimo de 62.898,87€.

Não se mostrou ainda possível retomar, na dimensão pretendida, a trajetória de estabilização e equilíbrio da situação económica e da posição financeira da Fundação. Para além da adoção de melhorias na gestão e organização dos serviços, desenvolveram-se ações de reforço, qualificação e iniciativas, com destaque para as candidaturas ao PRR aprovadas e os Projetos *iSophia* da Bolsa de Intervenção Social em Oncologia BISO (Liga Portuguesa Contra o Cancro) e *Sophia Cuida* (de formação de Cuidadores Informais) ao abrigo da Caixa Social.

Os quadros infra espelham a variação da atividade institucional, revelando uma ligeira subida dos gastos operacionais e uma redução dos rendimentos operacionais, relativamente ao período homólogo.

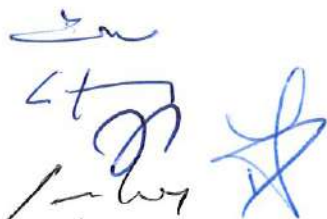
Atentando nos gastos incorridos no período económico em referência, salienta-se não só o esforço na racionalização e contenção de custos, mas também a relação inversa ao acréscimo do montante de rendimentos, como melhor resulta do quadro seguinte.

GASTOS OPERACIONAIS	2025	2024	DIFª (€)	DIFª (%)	2023
Custo Merca. Venda. Mate. Consumo	446 765,21	565 813,38	-119 048,17	-21,04%	633 239,84
Fornecimentos e Serviços Externos	716 111,24	832 902,37	-116 791,13	-14,02%	819 870,44
Gastos com Pessoal	1 843 926,44	1 690 829,44	153 097,00	9,05%	1 671 873,56
Perdas por Imparidade	391,69	382,36	9,33	2,44%	578,77
Outros Gastos e Perdas	335 208,20	196 345,28	138 862,92	70,72%	239 960,69
	3 342 402,78	3 286 272,83	56 129,95	1,71%	3 365 523,30

Manteve-se sem alteração significativa o peso relativo de cada uma das naturezas no total de gastos, sem prejuízo das notas assinaladas.

O valor de outros gastos e perdas resulta fundamentalmente de reposições impostas pelo ISS ao arrepio de soluções anteriormente adotadas.

Como já se referiu no ano anterior, o aumento da remuneração mínima mensal garantida, introduz o inerente esmagamento das remunerações dos trabalhadores especializados e qualificados, bem como dos quadros médios e



superiores, que se procurou minorar tanto quanto possível (de acordo com a política remuneratória aprovada), níveis excessivos de rotação laboral e consequentes constrangimentos de ordem organizacional e de funcionamento, nomeadamente no que respeita às dificuldades de recrutamento, com inevitável recurso substitutivo à prestação externa de serviços, com correlativo aumento de encargos com formação.

Os gastos com *depreciações e amortizações* registaram um decréscimo de 26.526,24€ (- 16,32%), relativamente ao exercício de 2024, o qual resulta do facto de, a par da generalidade dos ativos tangíveis ter atingido o prazo legal de depreciação, os investimentos em curso só poderem ser refletidos depois da sua conclusão.

A variação verificada relativa a *Rendimentos* manteve a estrutura anterior e a evolução já referida, nos seguintes valores: 3.399.990,22€ (2025) e 3.587.569,56€ (2024), sendo que a maioria continua a advir da prestação de serviços.

Assinale-se que tal evolução, decorre em grande medida do impacto negativo relativo à atividade em saúde, cuja retoma se espera ocorrer com a implementação das medidas decididas, nomeadamente, no âmbito do plano estratégico aprovado, o qual, nomeadamente, reconhece e integra a necessidade que vinha sendo sentida de redefinição gradual das atividades da Sophia Residence por forma a responder à evolução das carências da comunidade envolvente, em termos de prestação de cuidados diferenciados em saúde.

ÁREAS / INTERVENÇÃO	2025	2024	DIF. (€)	DIF. (%)
INTERVENÇÃO SOCIAL	531 239,47	495 662,30	35 577,17	7,18%
Lar de S. Pedro	463 051,64	421 220,83	41 830,81	9,93%
Serviço de Apoio Domiciliário Diferenciado	65 023,04	71 731,84	-6 708,80	-9,35%
Centro de Dia	3 164,79	2 709,63	455,16	16,80%
ACTIVIDADES EM SAÚDE	281 806,75	615 792,72	-333 985,97	-54,24%
UNIDADE HOSPITALAR	281 806,75	615 792,72	-333 985,97	-54,24%
Internamento e movimento cirúrgico	185 273,15	371 330,47	-186 057,32	-50,11%
Consultas/ MCDT'S/Serviços de assist. saúde	96 533,60	244 462,25	-147 928,65	-60,51%
CUIDADOS INTEGRADOS EM SAÚDE E APOIO SOCIAL	938 999,41	868 639,07	70 360,34	8,10%
Segurança Social	77 043,33	(*)	77 043,33	
ARS/ACSS e Utentes	861 956,08	868 639,07	-6 682,99	-0,77%
SERVIÇOS COMUNITÁRIOS	229 501,31	284 854,84	-55 353,53	-19,43%
Sophia Senior Residence	221 709,65	278 051,72	-56 342,07	-20,26%
Serviço de fornecimento de refeições - CMC	7 791,66	6 803,12	988,54	14,53%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 981 546,94	2 264 948,93	-283 401,99	-12,51%

(*) – Até 2024 foi contabilizado na conta de "Subsídios"

No que diz respeito ao *volume global de faturação*, verificou-se um decréscimo de 283.401,99€ (-12,51%), essencialmente na atividade em saúde, cuja inversão e retoma se espera alcançar, como adiante melhor se precisa.

Regista-se que dos anteriores cinco empréstimos, realizados para sustentar o impacto económico-financeiro relativo ao Covid 19 e da zona claustral conclusão das obras na ala nascente do claustro, se mantêm apenas por liquidar dois empréstimos (um que terminará em 2026 e outro em 2028). O valor em dívida relativa a financiamento bancário, em 31.12.2025, apresenta uma redução de 23,57%.

IV

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Como referido, o exercício de 2025 decorreu num contexto particularmente exigente. Apesar da redução do volume global de atividade e de um resultado líquido negativo, verifica-se um esforço consistente de racionalização e controlo de custos operacionais, evidenciado pela redução dos consumos energéticos, combustíveis e gastos externos, bem como pela continuidade da amortização da dívida bancária, reforçando a trajetória de estabilização financeira e de sustentabilidade institucional.



Importa igualmente destacar que os investimentos em curso e os projetos estratégicos aprovados constituem um fator determinante para o reforço futuro da capacidade operacional e financeira da Fundação, particularmente nas áreas da saúde, cuidados integrados e apoio domiciliário. A entrada em funcionamento do Centro de Atendimento Clínico, a execução dos projetos PRR e o reforço da digitalização e eficiência organizacional deverão contribuir para uma melhoria gradual dos níveis de atividade e geração de receita em 2026.

Aspetos positivos das contas de 2025: EBITDA positivo; redução da dívida; redução dos consumos energéticos; execução dos investimentos; Projetos PRR aprovados; regularidade fiscal e contributiva; manutenção da atividade operacional; novas atividades nomeadamente de formação e *Centro de Atendimento Clínico* (CAC).

Não obstante os constrangimentos atuais, entende-se que a Fundação mantém condições para prosseguir a sua missão institucional, sustentada numa gestão prudente, na captação de financiamento externo, na diversificação de atividades e no fortalecimento das parcerias estratégicas.

Prioridades estratégicas para 2026: consolidação financeira; execução PRR e restante plano de investimento; retoma e reforço da atividade em saúde, designadamente de hospitalização residencial, do SAD e Cuidados Integrados; atualização de participações de utentes e familiares; reorganização operacional; renegociação de contratos; transformação digital; renovação do corpo edificado contribuindo para eficiência energética e requalificação do conjunto edificado edifício; recursos humanos: qualificação e formação; crescimento e diversificação da atividade.

O exercício de 2026 deverá manter, ainda, a reflexão permanente sobre a melhor execução da estratégia para consecução da missão institucional e, seguramente, para o seu processo de estabilização financeira, com particular foco no que reporta à área da saúde e novas áreas e projetos.



Destaque-se as candidaturas apresentadas pela Fundação ao PRR e aprovadas, relativa ao alargamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCC), particularmente para uma Unidade de Cuidados Paliativos (UCP) com 10 camas, e de qualificação e aumento da capacidade (em 38%) do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), incluindo no âmbito de Protocolos a potenciar, bem como da renovação e qualificação no âmbito da RNCC da Unidade de Cuidados Continuados.

Refira-se, ainda, no quadro dos esforços desenvolvidos, o reconhecimento e reflexo positivo da instalação e funcionamento do *Centro de Atendimento Clínico* (CAC), a partir do final do mês de novembro, no âmbito do Acordo de Cooperação com a ULS Coimbra, bem como da execução do *Plano de Investimentos em curso* e do início de operação em 2026 do *Centro Clínico Geriátrico*, que pretende ser uma resposta integrada, conciliando cuidados de saúde especializados e diferenciados com o objeto de preservar autonomia, o bem estar e a qualidade de vida da pessoa, pretendendo afirmar-se como unidade de referência na medicina geriátrica. Aprovado no âmbito do novo Plano Estratégico para a Saúde (Sophia Saúde), complementando e potenciando os Acordos/Convenções e os *Projetos Sophia Cuida* (Caixa Social) em apoio à formação e certificação de cuidadores informais e o *Projeto iSophia* da Bolsa de Intervenção Social em Oncologia BISO (atribuído pela LPCC), integrando ainda programas de assistência domiciliária diferenciados.

No ano de 2026 manter-se-á a atenção devida à possível abertura de avisos de novas candidaturas a fundos comunitários do Portugal 2030 e/ou nacionais, bem como a procura de outras ações que sejam relevantes para a Fundação, seja no âmbito das Sociedades unipessoais criadas, seja na gestão patrimonial.

Manter-se-á na primeira linha de preocupação a criação de unidade de faturação e de direção de inovação, tal como o reforço da cooperação com



parceiros institucionais, em particular, com as entidades do sector público, social e privado e em particular com a Câmara Municipal de Coimbra.

O exercício de 2026 exigirá, assim, a concentração de esforços no âmbito da gestão organizacional e no sistema de informação, por forma não só a racionalizar custos, garantindo a eficácia e eficiência dos recursos, como também a consolidação do ambiente digital, com vista ao aperfeiçoamento da produção de informação fundamentada e detalhada, com qualidade para o acompanhamento permanente e decisão atempada, uma e outros essenciais para a almejada estabilização financeira.

Para tanto, importará investir no incremento e diversificação das atividades instrumentais e na concretização do plano de investimentos em curso, seja no que se refere à Sophia Clínica, seja no que se refere à procura de requalificação do Lar de S. Pedro e de toda a zona claustral, tendo em conta o plano estratégico de intervenção oportunamente apresentado à CMC e à DGCC, sendo que se manterá o esforço dirigido à identificação, análise e aplicação de medidas de melhoria da eficiência energética em todo o corpo edificado e à gestão de energia dos equipamentos, unidades e serviços.

Do atrás referido decorre a necessidade de adotar procedimentos adequados à execução, prestação de serviços e obtenção de recursos financeiros que permitam realizar o Plano de Investimentos geradores de maiores receitas, recorrendo, pelo menos parcialmente, a hétero-financiamento.

Por último, mas não menos importante, continuará o esforço dirigido ao desenvolvimento (incluindo o recurso aos planos de estágios), capacitação e motivação do quadro de colaboradores e reforço do estatuto remuneratório, por forma a, nomeadamente, sedimentar a cultura institucional, reforçar a coesão e espírito de equipa e incrementar a eficiência e agilidade operacionais, consabidamente, determinantes na consecução do escopo institucional.

V

OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2025, a Fundação não tinha em mora qualquer dívida ao sector público estatal, administração fiscal e segurança social e, após o termo do exercício, não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

A Fundação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, sendo que não foram realizados negócios entre a Fundação e os membros do seu Conselho de Administração.

Inexistem sucursais ou quaisquer formas de representação da Fundação no país ou no estrangeiro.

VI

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido negativo, no montante de 104.112,31€, deverá ser transferido para a conta de resultados transitados.

VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração releva e agradece aos **parceiros institucionais** e a todas as pessoas e organizações públicas, sociais e privadas que se envolveram e colaboraram com a Fundação na realização das suas atividades com vista à consecução do escopo estatutário.

Desde logo,

Aos membros do **Conselho Fiscal**, Dr. Henrique Fernandes, Dr. Victor Carvalho dos Santos e Doutor Daniel Taborda, bem como a todos os membros do **Conselho Geral**, pela inestimável colaboração e acompanhamento institucional realizado.

À **Direção Clínica**, Dr.^a Maria de Lurdes Correia, pelo apoio prestado à Fundação, aliás notoriamente exigente.

Às **Direções Técnicas e Gerentes** das sociedades comerciais do Grupo Sophia, Dr.^a Ana Estrela, Dr.^a Ana Costa Fernandes e Dr.^a Rita Carvalheiro, e Dr.^a Raquel Santos pelo árduo trabalho de gestão e de operacionalização das atividades da Fundação que, atenta a pressão da conjuntura, souberam realizar com notável eficiência e eficácia, aliás, *pro bono*, nos casos da Sophia Social e da Sophia Serviços.

Ao Corpo Clínico na justa medida da fidelidade demonstrada aos interesses institucionais.

Ao Revisor Oficial de Contas, senhor Dr. Vaz Ferreira, pela capacidade de cooperação e diálogo no âmbito do processo de auditoria das demonstrações financeiras.

E muito especialmente,

Aos Colaboradores, profissionais e voluntários, pelo zelo e diligência de que deram provas ao longo de um ano particularmente exigente.

Coimbra, 27 de maio de 2026

O Conselho de Administração

Vos. Jm. Nogueira Gon. Rêde
p. Jm. Nogueira Gon. Rêde


Jorge Bernardino

FUNDAÇÃO
SOPHIA

Fundação Particular de
Solidariedade Social

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2025

FUNDAÇÃO SOPHIA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3;5	5 061 702,96	4 999 146,99
Propriedades de investimento	3;5	47 640,54	47 640,54
Investimentos financeiros	3;15	150 671,45	138 218,44
Subtotal		5 260 014,95	5 185 005,97
Ativo corrente			
Inventários	3;8	119 161,84	126 452,63
Clientes e utentes	3;15	710 899,20	1 025 130,22
Adiantamentos a fornecedores	15	8 771,10	8 647,46
Estado e outros Entes Públicos	3	2 735,33	1 805,52
Outras contas a receber	3;15	765 017,56	973 894,41
Diferimentos	3;15	18 020,16	17 135,28
Caixa e depósitos bancários	3;15	921 671,60	754 687,39
Subtotal		2 546 276,79	2 907 752,91
Total do Ativo		7 806 291,74	8 092 758,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	3 382 115,01	3 382 115,01
Resultados transitados	15	1 616 953,53	1 522 875,77
Ajustamentos em activos financeiros	15	235,00	235,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	1 006 177,62	1 026 132,37
Resultado Líquido do período		(104 112,31)	94 077,76
Total do fundo do capital		5 901 368,85	6 025 435,91
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3;6;7	144 765,85	309 741,53
Subtotal		144 765,85	309 741,53
Passivo corrente			
Fornecedores	3;15	418 050,68	434 078,50
Adiantamentos de clientes e utentes	15	100 616,01	118 297,08
Estado e outros Entes Públicos	3	78 010,61	75 440,02
Financiamentos obtidos	3;6;7	508 083,60	544 472,19
Diferimentos	3;15	3 676,00	56 935,46
Outras contas a pagar	3;15	651 720,14	528 358,19
Subtotal		1 760 157,04	1 757 581,44
Total do passivo		1 904 922,89	2 067 322,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 806 291,74	8 092 758,88

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Nº. 26126



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ass. por Nogueira Gus Reh
Ass. por Almeida de Almeida
Ass. por Jorge Benedito
Ass. por João Paulo

FUNDAÇÃO SOPHIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	1 981 546,94	2 264 948,93
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 063 400,61	1 034 503,09
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(446 765,21)	(565 813,38)
Fornecimentos e serviços externos	15	(716 111,24)	(832 902,37)
Gastos com o pessoal	13	(1 843 926,44)	(1 690 829,44)
Perdas por imparidade		(391,69)	(382,36)
Reversões		6 639,42	2 089,78
Outros rendimentos e ganhos	15	348 403,25	286 027,76
Outros gastos e perdas	15	(335 208,20)	(196 345,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		57 587,44	301 296,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(136 014,84)	(162 541,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(78 427,40)	138 755,65
Juros e rendimentos similares obtidos	15	277,38	207,50
Juros e gastos similares suportados	15	(25 962,29)	(44 885,39)
Resultados antes de impostos		(104 112,31)	94 077,76
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(104 112,31)	94 077,76

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Nº 26126



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Augusto Gomes Ribeiro

João Manuel Sousa e Silva

João Bernardino



João Manuel Sousa e Silva

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

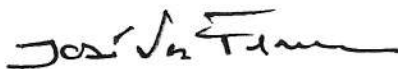
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO SOPHIA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de **2025** (que evidencia um total de **7.806.291,74 euros** e um total de fundos patrimoniais de **5.901.368,85 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **104.112,31**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações de fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **FUNDAÇÃO SOPHIA**, em 31 de dezembro de **2025** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Diz & Associados - SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
N.º 118 da Lista Oficial das SROC - Contribuinte N.º 503 103 012 - CMM - 20161437

SEDE: Rua de S. José, 35 - 3.º B/C - (Edifício Libersil - Av. da Liberdade) - 1150-321 Lisboa - Tel. 21 322 37 80 - Fax 21 322 37 89 - geral@diz-sroc.pt - www.diz-sroc.pt
Escritório Coimbra: Rua do Cineiro, n.º 24, Algor - 3040-661 Assafarge, Coimbra - Telm. 917 229 375 - jvazfer@diz-sroc.pt
Escritório Lisboa: Estrada da Luz, 165 - 7.º Dto. - 1600-154 Lisboa - Tel. 21 726 14 09 - Fax 21 726 30 53 - jssilva@diz-sroc.pt

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

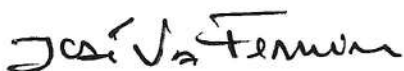
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

- o risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras, podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;



- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

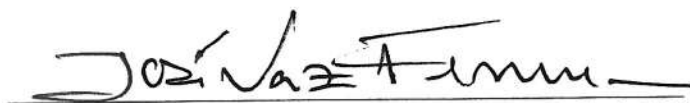
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas.

Coimbra, 25 de maio de 2026

O Revisor Oficial de Contas



José Manuel Bernardo Vaz Ferreira, ROC nº 1094, CMVM Nº 20160706

Em representação de Diz & Associados, SROC, LDA, nº 118, CMVM Nº 20161437

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
da
FUNDAÇÃO SOPHIA
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E
VINTE E SEIS

ACTA N.º 10/2026

LOCAL: Edifício-sede

PRESENTES:

- O senhor Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo, que presidiu;
- O senhor Dr. José Fernando Andrade da Costa Fernandes;
- A senhora Dr.ª Maria de Lurdes Duarte Pedro Correia;
- O senhor Doutor Jorge Fernandes Rodrigues Bernardino
- O senhor Doutor Carlos Manuel Freire Cavaleiro.

Aberta a sessão pelas quinze horas, foi confirmada a ordem de trabalhos previamente distribuída e manifestada a vontade de apreciar e, nos termos seguintes, deliberar sobre as matérias a que a mesma se reporta. A saber: =====

Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2025 =====

O senhor Presidente certificou-se da prévia remessa aos senhores Conselheiros das demonstrações financeiras da Fundação, compreendendo o balanço em 31 de dezembro de 2024, que evidencia um total de € 7.806.291,74 (sete milhões, oitocentos e seis mil, duzentos e noventa e um euros e setenta e quatro centimos) e de fundos patrimoniais no montante de € 5.901.368,85 (cinco milhões, novecentos e um mil, trezentos e sessenta e oito euros e oitenta e cinco centimos), incluindo um resultado líquido negativo de € 104.112,31 (cento e quatro mil e cento e doze euros e trinta e um centimos), bem como a

demonstração de resultados por naturezas e por valências e a demonstração de fluxos de caixa. =====

Verificou, ainda, o senhor Presidente ter sido remetido aos senhores Conselheiros o projecto de relatório de gestão, bem como o anexo às demonstrações financeiras e o relato sobre a auditoria realizada no âmbito do processo de certificação legal das contas pelo Revisor Oficial de Contas, senhor Dr. José Manuel Bernardo Vaz Ferreira.

Seguidamente o Conselho, procedeu à análise e detalhada apreciação das sobreditas demonstrações financeiras e seu anexo, bem como do relatório de gestão, e, tendo presente o teor do supra referenciado relato de auditoria, deliberou proceder à respectiva aprovação, aí incluída a proposta de aplicação do resultado líquido negativo de € 104.112,31 (cento e quatro mil e cento e doze euros e trinta e um cêntimos), que será transferido para a conta de resultados transitados. =====

Atento o disposto no artigo 16º, número 2, alínea b), dos Estatutos e, sobretudo, o relevante contributo para a vida da Fundação prestado pelo Conselho Fiscal, mais determinou o Conselho que a sobredita deliberação aprovativa tenha eficácia diferida e condicionada à emissão de parecer favorável por parte do órgão de fiscalização. =====

CONDICIONALISMO DELIBERATÓRIO =====

Deixa-se consignado que não foram apresentadas declarações de voto e que as deliberações transcritas foram aprovadas por unanimidade. =====

E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente acta registada em duas folhas processadas informaticamente, com versos em branco, a qual, após aprovação, será assinada pelos conselheiros presentes. =====

João José Marques Gomes Tavares
António Luís de Almeida
João Bernardino
António Luís de Almeida

ACTA DA SESSÃO DO CONSELHO FISCAL
da
FUNDAÇÃO SOPHIA
de 29 de maio de 2026

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação Sophia, estando presentes os Senhores Dr. Henrique José Lopes Fernandes, que presidiu, bem como os vogais, Dr. Victor Manuel Carvalho dos Santos e Dr. Daniel Martins Geraldo Taborda.

O Senhor Dr. Henrique Fernandes declarou aberta a sessão pelas quinze horas, após o que o Conselho Fiscal passou a debruçar-se sobre a matéria constante da convocatória: Apreciação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2025. O Conselho Fiscal procedeu à análise detalhada da documentação remetida pelo Conselho de Administração, ou seja, o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo. Também analisou a certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, que não contém quaisquer reservas ou ênfases.

Tudo ponderado, o Conselho Fiscal deliberou aprovar e exarar em ata o seguinte parecer:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, deve o Conselho Fiscal elaborar parecer sobre o relatório e contas, no caso, relativas ao exercício de 2025, cujas demonstrações financeiras evidenciam um total de ativo de 7 806 291,74€ e um total de fundos patrimoniais de 5 901 368,85€, que inclui um resultado líquido negativo no montante de 104 112,31€.
2. O Conselho Fiscal foi tomando conhecimento da atividade desenvolvida pela Fundação no exercício de 2025, através das informações prestadas pelo

Conselho de Administração, contando, em particular, com a preciosa colaboração do administrador-executivo.

3. Em conformidade, o Conselho Fiscal delibera emitir parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas de 2025, porquanto entende que nada chegou ao seu conhecimento de que a imagem verdadeira e apropriada da Fundação esteja comprometida, tal como confirmado pela opinião expressa sob a forma positiva na certificação legal das contas, datada de 25 de maio de 2026.
4. O Conselho Fiscal agradece toda a colaboração que lhe foi dispensada pelo Conselho de Administração, salientando o seu esforço e empenho na realização de programas, ações e iniciativas para fazer face aos desafios que se deparam à Fundação Sophia.

E nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão de que, para constar, se lavrou a presente ata registada em uma folha com os versos em branco, a qual vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.



(Dr. Henrique Fernandes)



(Dr. Victor Carvalho dos Santos)



(Dr. Daniel Taborda)

QUADRO DE MONTANTES DISCRIMINADOS DE APOIOS FINANCEIROS PÚBLICOS		
2025		
ISS, I.P. - CENTROS DISTRITAIS	1 037 572,94 €	
A.R.S.C., I.P.	54 600,00 €	
IEFP, I.P.	48 299,03 €	
TOTAL		1 140 471,97 €